

Relatório da sessão “Desenvolvimento sustentável”

Luiz Antonio Barreto de Castro¹

1. O contexto

Desenvolvimento sustentável define a intenção da política de estado que se pretende elaborar e que foi objeto desta 4ª CNCTI. Este contexto obriga a reflexões mais amplas sobre sustentabilidade, pois não podemos limitá-la às questões ambientais. Por outro lado, estas reflexões, de certa forma, determinam o papel da inovação à solução de outros fatores que garantam qualidade de vida para a sociedade brasileira.

Isto ficou claro no curto comentário do Coordenador Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que, na presença limitada que teve na seção plenária, perguntou: Que sociedade queremos para o país no futuro? Segundo especialistas, na próxima década, poderemos ser a quinta economia do planeta. Chegar à quinta economia mundial significa um grande avanço econômico. Entretanto, se persistirem os desequilíbrios sociais em regiões que se estendem por mais de 2/3 do subcontinente, determinando uma das piores distribuições de renda entre todos os países, não teremos muito do que nos orgulhar. Com efeito, o PIB/capita do Brasil está em centésimo primeiro lugar. Estamos, com esforço, chegando a dez mil dólares. A maioria dos países que podem servir de referência para o Brasil tem renda/capita na faixa de trinta a quarenta mil dólares. Não adianta ser a quinta economia do mundo, se a renda/capita não for multiplicada por três. E o pior, a renda/capita das regiões Norte e Nordeste é menos da metade da renda/capita da região Sudeste, que é um quarto da renda/capita da Suíça, a 17ª no mundo. Norte e Nordeste têm renda/capita

¹ Secretário de Políticas de Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

significativamente mais baixa do que as demais regiões. O maior desafio do país é promover mais equilíbrio no seu desenvolvimento regional, particularmente nestas duas regiões.

2. As palestras

O palestrante da Embrapa argumentou com legitimidade em favor da importância do agronegócio, líder mundial em produtividade para um grande número de produtos. Implícita, nesta performance, está a inovação que acompanha a produção agrícola, do que resultou a multiplicação por cinco da safra agrícola nos últimos quarenta anos, em grande parte resultante da presença da Embrapa a partir dos anos 1970. Foi possível este desempenho sem grande avanço da fronteira agrícola, ainda inferior a 50 milhões de hectares. O agronegócio, além disso, garante empregos pelo preço comparativamente mais baixo do que todos os demais setores.

Cabe considerar dois aspectos que constituem os grandes desafios do agronegócio: em primeiro lugar, os impactos ambientais inerentes ao agronegócio. É necessário propor soluções biológicas menos poluentes do que a utilização de soluções químicas, tanto reduzindo o uso de agrotóxicos, como de fertilizantes, em particular nitrogênio, uma dos maiores poluidores dos lençóis freáticos do país. Fixar nitrogênio em gramíneas é o projeto mais importante do agronegócio mundial. O segundo desafio é qualificar o emprego agrícola, aumentando financeiramente o trabalho rural e banindo o subemprego nas áreas rurais. Isto será possível agregando valor à produção do agrícola, em particular da pequena propriedade.

Inerente a este desafio, está uma profunda revisão do processo de reforma agrária, que hoje considera o assentamento como indicador de sucesso. Assentamento é necessário, mas não é suficiente. A extensão rural que poderia garantir assistência técnica ao assentado passa por uma crise que teve origem no governo Collor, que extinguiu a Embrater e ainda não se recuperou. O avanço da fronteira agrícola e a contribuição dos gases de efeito estufa, a meu ver, são problemas menores do que os citados.

A professora Becker, da UFRJ, apresentou seu modelo de desenvolvimento da Amazônia. Ela se baseia na agregação de valor aos produtos da floresta como única forma de manter a floresta em pé. Advoga que este esforço seja feito, particularmente, a oeste do chamado arco do desmatamento, no estado do Amazonas, que tem sua floresta preservada. A professora não acredita que o país possa utilizar recursos externos em contrapartida à redução do desflorestamento, grande desafio da região Amazônica. Nos últimos vinte anos, o desflorestamento roubou da Amazônia uma área equivalente ao território da Alemanha. Por outro lado, o reflorestamento na região destruída pode ser um fator de estímulo a investimentos externos porque o reflorestamento contribui para redução do armazenamento de CO₂. O desflorestamento, de fato, se concentra no estado do Pará.

A floresta densa do estado do Amazonas permanece fortemente inalterada. Não houve tempo para a professora Becker apresentar qualquer estimativa de custo para a sua proposta.

A Amazônia nunca terá recursos para promover seu desenvolvimento se continuarmos a transferir para esta região, como fazemos, milhões de reais/ano. A ordem de grandeza é de bilhões, como aconteceu com Brasília. O desafio de desenvolver a Amazônia é comparativamente menor do que o que resultou na criação de Brasília. Como exemplo, uma hidroelétrica vai investir 1 bilhão de reais/ano em C&T, durante dez anos, no estado de Rondônia. Muitas outras hidroelétricas, além de mineradoras, existem na região. Se uma engenharia financeira, levando em consideração fortemente investimentos privados, for adotada na região, vamos finalmente tratar a Amazônia com a prioridade devida, o que nunca aconteceu até hoje. Os desafios da Amazônia são da ordem de bilhões.

O exercício de uma política econômica austera, nestes últimos anos, tirou o Brasil de devedor para credor do FMI. Em plena crise, a dedução do IPI revigorou a indústria automotiva, a linha branca e a construção civil que se abateu na economia mundial. Se, com vontade política, o governo reverter parte do imposto que recebe dos estados da Amazônia, estabelecer um fundo administrado pelas FAP e entregar a instituições como Embrapa, INPA, Goeldi, Fiocruz, Ipepatro, Evandro Chagas, entre outras, a tarefa de propor e executar um programa para desenvolver a Amazônia em oito anos, esta iniciativa terá sucesso. Igualmente, o Brasil poderá negociar como, novo credor do FMI um *Endowment Fund* para a Amazônia, para atrair, com liderança, aporte de recursos de outros países. Na hipótese de se tratar de um empréstimo inicial do Brasil de 10 bilhões de dólares, 1% deste capital/ano corresponde a 100 milhões de dólares. Este montante poderia ser acrescido de renúncia fiscal de 1% dos impostos dos estados da Amazônia, que em 2008 foi de 280 milhões de reais. Os projetos para reverter em mudanças de usos da terra, como a substituição em grande escala das florestas por pastagens ou campos agrícolas, para diminuir as taxas de evapotranspiração, a composição e a quantidade de núcleos de condensação de nuvens, com grande potencial de modificação do regime de chuvas, como preconiza a professora Becker, são projetos caros. Por meio de políticas ambientais e ações governamentais, ainda assim, o Brasil depende de consideráveis esforços para a preservação do Bioma Amazônico.

A região passa atualmente por um processo de intenso dinamismo em direção a uma consolidação de fundamental impacto e importância estratégica para seu desenvolvimento e para as matrizes nacionais de produção agrícola e energética. Para promover a conservação do Bioma Amazônico, é imprescindível agregar valor aos produtos da floresta, criar e implementar áreas protegidas, promover o monitoramento da biodiversidade, manter, monitorar e aprimorar ações de conservação, fortalecer cadeias produtivas, promover o empoderamento local, fazer uso do extraordinário potencial dos recursos naturais, com uma oferta de opções de manejo de recursos naturais e de sistemas de produções agropecuárias e florestais sustentáveis. A estratégia do governo tem como meta inicial estabelecer o ordenamento territorial por meio do Zoneamento

Ecológico-Econômico (ZEE), definindo a destinação de uso das áreas, para proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental.

O desenvolvimento sustentável da Amazônia é o maior desafio da história do país. O Ministério da Ciência e Tecnologia enfrentou dificuldades ao longo das últimas duas décadas para atuar de forma coordenada em ciência e tecnologia na Amazônia. Programas importantes como o Trópico Úmido, que ensejou a criação da Corpam por legislação específica, não tiveram sucesso. A inexistência de um programa para tratar deste tema na região estimulou a solicitação de empréstimos e doações internacionais que, lamentavelmente, por seu caráter finito, não resolveram os problemas da Amazônia e impediram a continuidade de ações políticas capazes de abordá-las de maneira adequada. Por esta e por outras razões, a floresta encontra-se em processo acelerado de destruição.

A rede Bionorte promove um novo enfoque. O contexto atual exige um programa capaz de promover a convergência da ciência da região para que ações não se tornem mais redundantes e dispersas. Este novo contexto inclui o estabelecimento de oito institutos nacionais de pesquisa científica, financiados pelo MCT e por FAP da região. Os secretários de C&T de todos os estados da Amazônia estabeleceram, com o aval do ministro Sérgio Machado Rezende, a Rede Bionorte.

Os representantes do IPEA e do IEDI discutiram sobre a importância da inovação como fator imprescindível para o desenvolvimento com sustentabilidade. Com efeito, em favor do potencial implícito da inovação para o desenvolvimento, há uma relação aceita por estudiosos de que países que promovem o desenvolvimento da C&T caminham mais rapidamente para uma distribuição justa de renda. Um estudo de avaliação dos fundos setoriais feito pelo IPEA e que está em andamento utiliza esta premissa como base, demonstrando com estatísticas de abrangência global que quanto maior for a relação entre C&T maior o PIB/capita dos países. Há, com efeito, uma relação entre a massa crítica atuante em C&T no Brasil e o PIB/região. Os dados foram coletados da base de dados do CNPq, que relaciona todos os grupos de pesquisa em atividade nos países, em ano recente. Cerca de 57% destes grupos atuavam na região Sudeste. O PIB da região Sudeste era da ordem de 57,8% do PIB Nacional. Para todas as demais regiões, a relação entre a massa crítica de pesquisa, medida pelos grupos de pesquisa em atividade em cada região e o PIB regional, mostra correlação estreita. Assim, por exemplo, se somarmos a massa crítica das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, chegaremos a 23% da massa crítica nacional. O PIB das três regiões somadas é da ordem de 24% do PIB Nacional. Assim, não se pode propor inovação como fator de garantia da competitividade para o país sem considerar os outros parâmetros citados. Entretanto, não somente nestas palestras como em outras relacionadas a inovação, ouvimos repetidamente o distanciamento que existe entre o cenário brasileiro e o de países, mesmo aqueles de desenvolvimento como Coreia, Índia e China. Indicadores como os números de patentes/artigos científicos demonstram que o Brasil não consegue transformar a ciência em indústria.

O investimento de risco é extremamente limitado. O setor privado investe 0,4% do PIB em desenvolvimento tecnológico e industrial. O arcabouço legal que pode estimular maior investimento privado é recente. Não temos uma indústria farmacêutica de porte e, além da indústria de petróleo, só o agronegócio tem competitividade internacional.

Não se considera, entretanto, que a universidade brasileira não tem um século e a pós-graduação tem trinta anos. Até a década de 1990, não tínhamos massa crítica, nem infraestrutura em C&T. Não tínhamos um arcabouço legal adequado. Não tivemos investimentos privados durante longo período de inflação que prevaleceu até meados da década de 1990. Na verdade, o Brasil não tinha moeda. O Brasil só tem moeda há quinze anos, depois do Plano Real, e ainda tem um ambiente econômico adverso que apenas dá sinais de mudança nos últimos quinze anos. Ainda tem câmbio, juros e carga tributária adversos, infraestrutura deficitária, baixa qualificação da mão de obra, além de insegurança jurídica e burocracia excessiva. A regulação mais propícia à inovação é recente. Invariavelmente, este foi o discurso dos especialistas do setor de indústria, não só nesta plenária. Fica a pergunta: como o Brasil será a quinta economia do mundo na próxima década?